

#CONFIDENCIAL 05 - Corporativo

Consulta JU0000001677302 (Consulta finalizada)

Consultas vinculadas por reabertura

Essa consulta é uma reabertura da consulta [JU0000001671396](#)

Dados do consulente

Unidade: 7175 - CN OP PARA TOMADOR DE RECURSOS DO FGTS (CETRE/BR)

Matrícula: C065760 - FERNANDO ALEX TRINDADE E SILVA

Dados da consulta

Não possui documentação enviada via malote.

Área: Consultivo

Área Jurídica: 7426 - JURIR/SP

Grupo: FGTS - FUNDO DE GARANT. DO TEMPO DE SERVIÇO

\*Assunto: Outros

Unidade Externa: Nenhuma

Valor envolvido: 0,00

Telefone: (61) 3521-7151

Ramal: 7155

Detalhes da Consulta

Partes

CPF/CNPJ	Nome	Pis/Pasep
59118133000100	BANCO LUSO BRASILEIRO	Não informado

Normativos

Normativo/Modelo	Versão	Item
FP136	029	3.6.3

Dúvida em 05/11/2018 09:48:19

AO

JURIRSP

Estimada Advogada,

Haja vista a necessidade de anexarmos Nota Jurídica ao dossiê dos Agentes Financeiros, solicitamos o obséquio de que este nos seja enviado ou anexado.

Estamos à disposição

Atenciosamente

Fernando Alex T. e Silva

Assistente Júnior

CETRE - CN OP Para Tomador de Recursos do FGTS

Elisson Mendes Silva

Coordenador de Centralizadora E.E.

CETRE - CN OP Para Tomador de Recursos do FGTS

Fone: (61) 3521-7151

cetres04@caixa.gov.br

João Devanir Sanitá

Gerente de Centralizadora

.CETRE - CN OP Para Tomador de Recursos do FGTS

#### Resposta(s)

Resposta de Cassia Regina Antunes Venier (C111469) (JURIRSP07 - Atendimento Jurídico) em 05/11/2018 12:36:10

#CONFIDENCIAL 05 - Corporativo

NJ JURIRSP 15590/2018

À

CETRE/BR

Assunto: Cadastramento e Habilitação da instituição financeira **Banco Luso Brasileiro S/A.**

Ref.: Documentação encaminhada por cópia eletrônica pela CETRE/BR

Ementa: Análise jurídica de documentação da instituição financeira **Banco Luso Brasileiro S/A.** MN FP 136 030. Regularidade documental.

1. Trata-se de solicitação de análise de documentos do **Banco Luso Brasileiro S/A.**, com objetivo de verificação de regularidade fiscal e cadastral para atuação nos programas de aplicação de recursos do FGTS, conforme FP 136 030, item 3.6.3.1.1.

2. À vista de Ficha Cadastral Simplificada JUCESP, NIRE 35.300.119.894 emitida em 24/10/2018.

3. Disponibilizadas as seguintes cópias autenticadas:

a) Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11.05.17 registrada na Jucesp sob n. 486.590/17-3, com aprovação pelo Banco Central do Brasil Ofício 14396/2017 – BCB/Deorf/GTSP2;

b) Ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10/10/2017, registrada na Jucesp sob n. 100.443/18-7, com aprovação pelo Banco Central do Brasil - Ofício 24617/2017 – BCB/Deorf/GTSP2;

c) Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26/02/2018, registrada na Jucesp sob n. 184.498/18-1, com aprovação pelo Banco Central do Brasil Ofício 4215/2018 – BCB/Deorf/GTSP2;

d) Ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 09/04/2018, registrada na Jucesp sob n. 247.483/18-7, com aprovação pelo Banco Central do Brasil Ofício 7660/2018 – BCB/Deorf/GTSP2;

e) Ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28/07/2017, registrada na Jucesp sob n. 100.442/18-3, em 28/02/2018;

f) Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2018, registrada na Jucesp sob n. 410.683/18-8, em 24/08/2018, com aprovação pelo Banco Central do Brasil Ofício 15679/2018 – BCB/Deorf/GTSP2;

g) Documento de José Francisco Fernandes, CPF: 519.935.116-87, RG/RNE: 296980028, Diretor Presidente,

h) Documento de João Miguel Loureiro Martins, CPF: 235.449.698-23, RG/RNE: V855559w, Vice Presidente e Diretor

i) Documento de Willy Otto Jordan Neto, CPF: 025.989.347-17, RG/RNE: 095787305, Vice Presidente e Diretor

4. Foram juntadas ainda, as seguintes certidões:

a) Cópia autenticada de certidão conjunta positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, válida até 09/03/2019, com confirmação de autenticidade.

b) A certidão, que também comprova a regularidade das contribuições previdenciárias, está regulamentada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

c) Cópia autenticada de certidão negativa de débitos inscritos em dívida ativa referente a tributos estaduais (certidão20050026), emitida pela Procuradoria Geral do Estado – Coordenadoria de Dívida Ativa, Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, emitida em 22/10/2018, válida por 30 (trinta) dias, contados da emissão, com confirmação de emissão.

d) Certidão tributos mobiliários informando situação fiscal regular, emitida pela Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, válida até 20/01/2019, com confirmação de autenticidade.

e) Certidão para comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal apenas quanto a tributos imobiliários referentes à sede, emitida em 04/06/2018 e válida até 01/12/2018, com confirmação de autenticidade.

f) Certificado de regularidade do FGTS, válido até 28/11/2018, com confirmação de autenticidade.

5. Nos termos dos documentos apresentados, e sob o ponto de vista da análise jurídica, conforme normativo FP 136030, há regularidade para o cadastramento e habilitação da instituição financeira **Banco Luso Brasileiro S/A**, ressaltando que aquelas que tiverem o prazo de validade expirado até a data da contratação deverão ser renovadas na época da assinatura dos contratos

6. Permanecemos à disposição.

Att.

**Cássia Regina Antunes Venier**

**OAB/SP 234.221**

**JURIR/SP07 - Contratos e Pareceres**

Documento

NJ NJ JURIRSP 15590/2018